

1. EXERCÍCIO DO DIREITO DE INFORMAÇÃO E ACESSO PELO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

- Responsável pelo tratamento: **CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA**
- NIPC: 600 018 466
- Morada: Rua Duque de Palmela 23, 1250-096 Lisboa
- E-mail: dpo.csm@csm.org.pt

2. DADOS DO/A REQUERENTE

Senhor/Senhora _____,
maior de idade, residente em

_____,
portador/a do cartão de cidadão número _____, válido até
_____, e do e-mail _____, exerce através do
presente documento o **Direito de Acesso** do titular dos dados, em
conformidade com o previsto no artigo 15.º do Regulamento (UE) 2016/679 do
Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e com a
legislação nacional aplicável em matéria de proteção de dados, e,
consequentemente,

3. REQUER, que:

1. Seja disponibilizado gratuitamente o acesso aos seus dados, no prazo máximo de 1 (um) mês a partir da data da receção do presente pedido, prazo este que pode ser prorrogado por mais 2 (dois) meses pelo **CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA**, se necessário, tendo em conta a complexidade e o número de pedidos, nomeadamente:

- a. Dados de identificação:
- b. Dados de características pessoais:
- c. Dados de circunstâncias sociais:
- d. Dados académicos e profissionais:

- e. Dados de detalhes de emprego;
 - f. Dados de informação comercial;
 - g. Dados económicos, financeiros e de seguros;
 - h. Dados de transações de bens e serviços;
 - i. Dados de saúde ou perdas;
 - j. Dados de filiação sindical, religião, credos ou dados relativos à vida sexual;
 - k. Dados biométricos;
 - l. Dados relativos a infrações penais;
2. As informações sejam enviadas por correio postal, a menos que se indique outra forma para serem fornecidas;
3. Na eventualidade de o Responsável pelo Tratamento concluir que não é possível dar seguimento ao presente pedido, se comunique essa decisão fundamentadamente, no prazo máximo de 1 (um) mês após o recebimento do presente pedido, a fim de, no caso de ser necessário, apresentar reclamação à autoridade de controlo ou intentar ação judicial, nos termos da legislação vigente em matéria de proteção de dados;
4. A informação solicitada compreenda, de forma legível e inteligível, a confirmação se o **CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA** está ou não a tratar dados que dizem respeito ao requerente e, em caso afirmativo, que a seguinte informação seja fornecida:
- a) As finalidades do tratamento;
 - b) As categorias de dados pessoais em causa;
 - c) Os destinatários ou categorias de destinatários aos quais os dados pessoais foram comunicados ou serão comunicados;
 - d) O prazo previsto de conservação dos dados pessoais ou, se tal não for possível, os critérios utilizados para determinar esse prazo;

- e) A existência do direito de solicitar ao **CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA** a retificação, o apagamento de dados pessoais, a limitação, a portabilidade ou a oposição ao dito tratamento;
- f) O direito de apresentar uma reclamação junto da Autoridade de Controlo;
- g) A origem dos dados, nos casos em que não foram fornecidos pelo seu titular;
- h) A existência de decisões automatizadas, incluindo a elaboração de perfis e, pelo menos em tais casos, informações significativas sobre a lógica aplicada, bem como a importância e as consequências previstas do tratamento em apreço para o/a requerente.
- i) Se os dados pessoais tiverem sido transferidos para um país terceiro ou para uma organização internacional e, em caso afirmativo, se o **CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA** dispõe de garantias adequadas, nos termos do artigo 46.º do RGPD sobre transferências sujeitas a garantias adequadas.

Em _____, a __ de __ de ____

Assinatura

(Assinatura igual ao documento de identificação)

O direito de informação e acesso consiste em solicitar informações sobre os dados pessoais tratados pelo **CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA**. Este direito é exercido perante o Responsável pelo Tratamento que é aquele que possui os dados. Também pode ser exercido através de representação legal, caso em que, além do documento comprovativo da sua identidade, deve ser fornecido o documento comprovativo da identidade do representante e ainda um documento que legitime a representação do terceiro.